

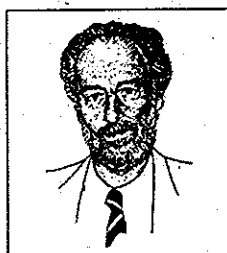
WASHINGTON NOVAES

Novos pesadelos amazônicos

Já às voltas com o avanço do desmatamento na Amazônia (mais 27% em 1998, chegando a 16,8 mil km² no ano, segundo o Inpe) e a ameaça de uma temporada de incêndios ainda mais forte que a do ano passado no "arco do desmatamento", o Ministério do Meio Ambiente vê colocadas agora sobre a mesa outras informações que configuram novos pesadelos na área. E pressagiam uma situação muito complicada mais à frente.

A primeira dessas informações é sobre a 3.ª reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), que se realizará no fim de novembro em Seattle, nos Estados Unidos, e na qual se pretende discutir uma agenda para intensificar o comércio mundial de produtos de madeira, criar facilidade para a exploração de florestas nativas e desregular itens que tentam, para proteger a biodiversidade, erguer barreiras à invasão dessas áreas preservadas por espécies exóticas, levadas de outras regiões.

A pressão maior é dos Estados Unidos, que sugerem um novo acordo em relação a florestas, separado da agenda maior da OMC, para que essas negociações mais amplas não levem as primeiras a um impasse. Pretendem eliminar "barreiras ao comércio" representadas por dispositivos "não tarifários", entre eles legislação ambiental. E, nesse âmbito, os regulamentos que pretendem evitar o que se tem chamado de bioinvasão, hoje a segunda maior causa de perda de espécies e de biodiversidade. Também se pretende eliminar dispositivos que incentivam o não-



O governo deveria tomar providências antes que desabe outra borrasca internacional

uso de produtos de madeira e sua substituição por outros materiais. Até a introdução de sementes de alimentos geneticamente modificadas deverá ser discutida, com seus riscos para a biodiversidade alimentar e florestal. Também aqui a intenção é estabelecer regras que não permitam restringir ou proibir o uso dessas variedades.

Outros itens polêmicos serão a eliminação de restrições

a investimentos estrangeiros na área florestal e a proibição de legislações que, com o propósito de proteger florestas, reduzam a rentabilidade dos investimentos na área. Prevêem-se até mecanismos pelos quais os governos respondam por isso.

Enquanto se desenhavam essas dificuldades no horizonte externo, no interno o panorama se complica a cada dia. O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) divulgou seus levantamentos, segundo os quais 80% da extração de madeira na Amazônia é ilegal, ao mesmo tempo em que o nível de desperdício na extração chega a 70%. O Ibama, com apenas 400 fiscais na área, não teria condições de reverter o quadro, até mesmo porque pressões políticas locais o impediriam – ao mesmo tempo em que políticas oficiais, como a da reforma agrária e abertura de novas frentes agropecuária, estimulam o desflorestamento.

Não é só. Um documento da Amigos da Terra-Programa Amazônia e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) coloca outras apreensões. A Medida Provisória 1.736, que permitiu o desmatamento em 50% das áreas amazô-

cas cobertas por cerrado (antes o limite era de 20%), já está abrindo caminho para mais desmatamento, assim como a Medida Provisória 1.605, que permite compensar em outra área desmatamentos além dos limites legais – abrindo caminho, assim, para a derrubada em áreas mais "nobres" e "reposição" em outros lugares menos importantes do ponto de vista da diversidade biológica.

Segundo os autores do documento, a suspensão de autorizações para desmatamento e a revisão das existentes, determinadas pelo Ministério do Meio Ambiente, não vão funcionar, por muitas razões:

■ Será executada pelas mesmas pessoas que autorizaram os desmatamentos ou não coibiram os não autorizados – tanto assim que mais de metade das autorizações existentes em 1996 (quando foi determinada outra revisão) eram irregulares e até agora não foram canceladas;

■ agora, já seriam entre 20 mil e 25 mil autorizações a rever com o mesmo pessoal, sem dispor de mapas das propriedades, informações cadastrais, etc.;

■ o custo dessa revisão estaria entre R\$ 30 milhões e R\$ 40 milhões (R\$ 1, 5 mil a R\$ 2 mil por plano), indisponíveis no momento.

Nesse quadro, as apreensões de madeira extraída ilegalmente estariam servindo até para legalizar a exploração, ao permitir sua compra por preços irrisórios nos leilões.

A solução seria – diz o documento – envolver a sociedade no processo, levar suas entidades a participar das auditorias, concentrá-las nas áreas mais expressivas, acima de 2 mil hectares, terceirizar serviços como o levantamento de áreas, criar comitês independentes de supervisão, pleitear recursos disponíveis no âmbito do PPG7 e chamar os Estados a parti-

lhar as responsabilidades, rever as normas que hoje permitem comercializar madeira proveniente de desmatamentos ilegais (e não de planos de manejo competentes e autorizados). O ideal seria só permitir a comercialização de produtos desses planos de manejo legais e da exploração autorizada de florestas nacionais.

Parece sensato. Mas pode-se prever muita tempestade à frente, seja pelas pressões externas, seja pelas internas, em hora de crise econômica e déficit na balança comercial. No ano passado, as exportações brasileiras na área chegaram a mais de R\$ 1,1 bilhão, com crescimento de 20% nas vendas de madeiras, derivados e carvão vegetal. Este ano, com a desvalorização cambial e a reabertura de mercados como os de Taiwan, Tailândia e Filipinas, as pressões serão maiores.

Não bastassem tantas aflições, as revistas científicas no exterior começam a debruçar-se sobre as descobertas de pesquisadores japoneses e canadenses, de alguns casos do "mal de Minamata" na Amazônia, em consequência da ingestão por ribeirinhos de peixes com alta concentração de metilmercúrio. É a primeira vez que casos dessa doença gravíssima são diagnosticados fora do Japão.

Ainda há divergência entre os pesquisadores sobre as causas – se seria o vazamento para os rios de mercúrio usado nos garimpos e ingerido pelos peixes, ou se seria consequência de lixiviação dos solos em áreas desflorestadas. A região mais comprometida é a de São Luís do Tapajós.

Já às voltas com tantas tempestades, o governo deveria antecipar-se e tomar providências antes que outra borrasca internacional desabe.

■ Washington Novaes é jornalista
E-mail: novaes@internacional.com.br